

AS COMPLEXAS FACES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Por Patrícia Carvalho,
Rafael Carneiro da Cunha
e Raquel Almada

Os prós e contras do Enade, Enem e cursos de ensino técnico

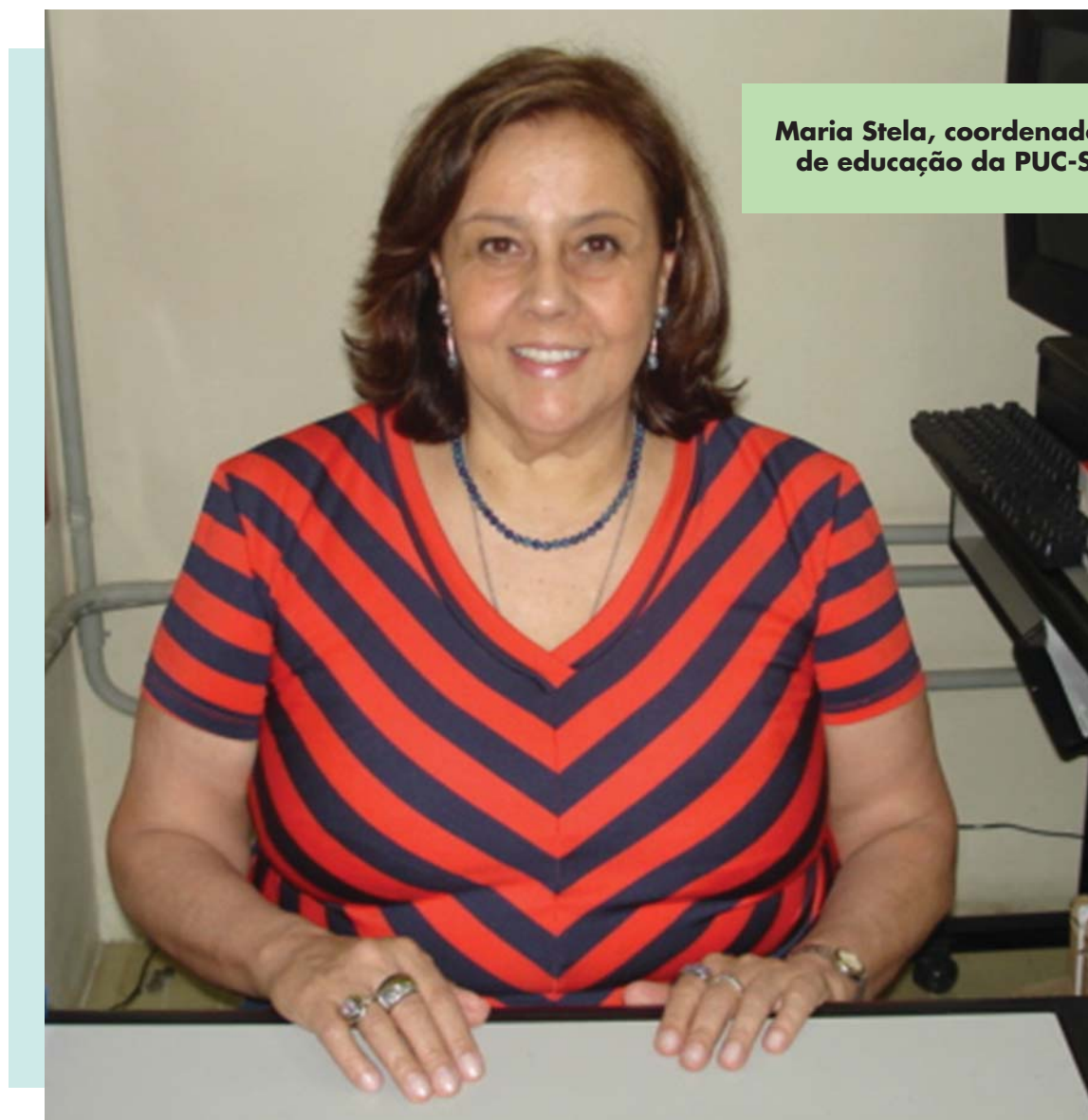
A educação é fundamental para qualquer cidadão. Com a finalidade de um aprendizado específico em uma área, foi criada a universidade. Mas desde seu surgimento, mudanças foram ocorrendo e conseqüentemente a necessidade de reformas para se adequar à evolução do país. Atualmente, após passar por duas importantes reformas universitárias, o Brasil está vivendo sob a reforma chamada Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mas cujo foco vai além das Universidades Federais.

Desde a entrada de Lula no poder, em 2003, o REUNI começou a ser implantado. Isso ocasionou muitas críticas e discussões que persistem até os dias atuais. Possui alguns projetos como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Bolsa Universitária também muito criticados.

De acordo com a professora Maria Stela Santos Graciani, coordenadora do curso de Pedagogia da PUC-SP, o REUNI tem trazido novidades que vêm de uma forma unilateral e pingada. “Nós não sabemos qual é o bloco efetivo das transformações que são requeridas das universidades. Ora aparece o Enem, o Enade, o Reuni, a avaliação das universidades, ora aparece diretrizes curriculares onde todos os cursos devem ser modificados em tempo recorde, tendo ou não necessidade de mudança. Há toda uma visão que obriga praticamente a essas transformações compulsórias”, finaliza. Dentre as críticas a respeito da nova reforma universitária, está a de que o ensino superior vem sendo privatizado, pois o governo, ao invés de focar em melhorar o ensino público, com a implantação de mais faculdades públicas, prefere fazer parceria com escolas privadas.

“Ensino público é o mais importante da nação e não houve um investimento ou uma política efetiva de Estado que realmente assim representasse. Daí a necessidade de ProUni, Enem, quotas, porque não houve uma democratização do ensino superior do Brasil por muitos anos”, afirma Maria Stela.

Para a professora, o ensino privado muitas vezes faz uma propaganda enganosa. “A qualidade é baixa, o nível tecnológico é péssimo, a capacitação de professores é ínfima e o pagamento também. A infra-estrutura das faculdades pode aparentemente ser muito melhor, mas o ensino é profundamente precário, incompetente, inócuo, para a entrada dos jovens no mercado de trabalho”, finaliza. Com o aumento do número de matrículas nas universidades, tendo também a ajuda do ProUni - onde através de uma prova, alunos que se formaram no ensino público recebem bolsa em faculdades privadas - a qualidade do ensino brasileiro di-



Maria Stela, coordenadora de educação da PUC-SP

minui, pois infelizmente muitas dessas faculdades têm um ensino fraco. E a consequência é uma grande quantidade de pessoas se formando, mas não conseguindo ser inseridas no mercado, pois sua formação não é reconhecida.

Trajatória universitária no Brasil – A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, que tinha várias faculdades. Um pouco mais para frente, em 25 de janeiro de 1934, a USP é fundada com Armando de Salles de Oliveira no governo. Ele tinha ligação de parentesco com Julio Mesquita (era cunhado) do *Estado de S. Paulo*, que encabeçou um questionário sobre como estava a educação no Brasil nesse período. Tendo como cursos base Filosofia, Ciências e Letras, os alunos de Filosofia da USP estavam nas frentes do país, - era a primeira faculdade de Filosofia do Brasil. Nessa época, o foco da Faculdade de Filosofia era vinculando à pesquisa com o ensino, formar pessoas que pudessem tentar solucionar os problemas sociais existentes tanto em nosso país, como em outros também. Era uma concepção liberal e elitista, onde apenas a elite do país podia entrar nas universidades, que eram poucas, para

formar as elites intelectuais que tomariam a frente de nosso país. O Estado tinha suma importância, pois era ele quem deveria colocar as políticas educacionais em prática. Ele quem tinha a missão de propor uma política nacional e educacional baseada em princípios. Outras características da universidade nessa época era o conhecimento desinteressado, ou seja, que não tinha vinculação com nenhum partido político e não pragmático.

No final dos anos 40, início dos anos 50 começou a ser discutida a questão da reforma universitária no Brasil, pois sua concepção ainda era muito tradicional, advinda de modelos de universidade alemães e franceses. O governo de João Goulart introduziu a primeira reforma universitária, que fazia parte das reformas de base de seu governo. Foi então que no governo de Jango – como era conhecido João Goulart – foi criada a Universidade de Brasília, em 1961, com conceitos diferentes de Universidade. Dentre eles estava a criação de um campus onde estejam todos os prédios dos cursos, baseado no modelo norte-americano de universidades; e a transformar da cátedra – forma de hierarquia dos professores universitários – em departamentos, onde é o departamento

quem decide sobre a contratação e demissão dos professores, bem como o andamento do curso, e não mais a cátedra. Também começaram os cursos semestrais. Assim, se pensava em um conhecimento autônomo e nacionalista através de uma política dentro da universidade e não fora, popularizando o ensino, não limitando o ensino apenas a elite.

O ensino superior era avaliado por consultores norte-americanos da agência *United States Agency for International Development* (USAID), que analisava a qualidade de ensino das universidades, antes de ser instaurada a Ditadura. A conclusão que chegaram foi de que o sistema de ensino era insuficiente e inadequado e precisava ser reformado. Então, em meio à Ditadura Militar, o general Meira Mattos, tomando como base a reforma que Jango começou a introduzir, elaborou um relatório, que, somado ao Relatório Atcon, gerou a segunda reforma universitária em 1968, acrescentando questões ao projeto de reforma anterior que se findou com o Golpe de 64. Dentre os pontos a ser reformulados no ensino superior estavam: conferir racionalidade, eficiência e produtividade para o ensino superior, integração da universidade com empresas, implantação do ensino pago (privado) e repressão ao movimento estudantil, tornando as universidades apolíticas.

Florestan Fernandes, sociólogo e político muito ligado com a importância da política dentro das universidades, juntamente com estudantes que faziam parte dos movimentos estudantis se uniram e produziram documentos como resposta a essa mudança política e um pouco depois, a luta pela despolitização do ensino terminou.

A reforma de 1968 perdeu e o resultado

foi em 1970 e 1980 a grande quantidade de faculdades privadas surgindo no país, deixando latente a dualidade entre o ensino privado e o público. Sendo o primeiro para a camada mais popular tendo um ensino fraco, e o segundo apenas para a elite. Essa realidade ainda existe e mesmo com a implantação do REUNI, o quadro que temos é de muitas universidades, mas poucas com ensino forte.

O Enade e seu boicote – O Enade faz parte do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior, o Sinaes. Implantado pelo governo Lula, o papel do Sinaes é avaliar os cursos, as instituições e o desempenho dos estudantes. O exame foi criado em 2004 para substituir o Provão, que também avaliava graduandos.

E desde o ano de sua criação, o Enade vem sendo alvo de boicote do movimento estudantil. Isso ocorre porque a lógica de avaliação que vem sendo utilizada é a mesma do antigo Provão e responsabiliza o aluno pelos problemas do ensino superior e não propõe alternativas pra melhoria da educação superior brasileira. O Enade avalia apenas o ensino e deixa de lado a pesquisa e os cursos de extensão (os dois outros pilares da universidade).

Com relação ao Enade, Maria Stela conclui: “De um lado a gente percebe que poderá vir a ser boicotado, como muitos acreditam, mas nesse momento, conforme o processo foi transcorrendo, nós percebemos um empenho maior de universitários que já entenderam que sem o Enade concretizado abaixam as notas que os cursos tem e isso vai desfavorecê-lo numa integração do mercado de trabalho, a nível da competência”. Assim como o Provão, o exame se insere em uma lógica em que se destinam mais verbas às instituições com melhor resultado. Dessa forma, algumas uni-

versidades chegam a oferecer curso preparatório para a prova e dão prêmios aos cursos com melhores notas.

O ensino técnico – A partir da regulamentação da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino técnico nos níveis pós-médio e superior está passando por muitas transformações. O ensino médio do Paraná oferta agora apenas a educação geral, passando o ensino técnico profissional a ser ofertado seqüencialmente, após a conclusão do curso médio, com duração de um ano e meio.

Ao mesmo tempo, a nova lei criou os cursos sequenciais superiores de formação específica — uma alternativa aos cursos de graduação — ofertados em módulos com saídas intermediárias (o aluno pode parar o curso e depois voltar em uma etapa posterior, não perdendo uma certificação intermediária) e possibilidades de dar seqüência aos estudos, inclusive em nível de pós-graduação. Também foram criados cursos de especialização e mestrado profissional, com características diferenciadas do sistema tradicional, sem, no entanto eliminá-lo.

“Eu acho necessário implementar, financiar e acompanhar tecnicamente as escolas de nível médio afim de que todo mundo tenha a oportunidade de optar ou pelo ensino médio para entrar na universidade e ou para ser um técnico efetivamente e poder ir para o mercado de trabalho mais cedo”, afirma Maria Stela.

Com ou sem vestibular, o estudante que optar pelo curso técnico superior de formação específica, bastando ter o diploma de nível médio. Se ele prestou vestibular, e passou, após obter o diploma de curso superior de formação específica garante inclusive o direito de continuar a graduação normal, podendo cursar as pós-graduações tradicionais ou as profissionais.

O Enem – O Enem é uma prova criada em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil, é utilizada como exame de acesso ao Ensino Superior em universidades brasileiras e como ferramenta de avaliação do Ensino Médio no país.

Nos últimos anos o Enem tem passado por modificações que visam melhorar seu desempenho no âmbito de avaliações. As mudanças estruturais pelas quais o exame foi submetido geraram uma série de problemas e desconforto aos inscritos. Diante das falhas apresentadas no processo de formulação, assim como na aplicação, parece fácil questionar a credibilidade do Enem, mas em dois anos de aplicação (após as modificações) o exame apresenta uma margem de erro de apenas 0,33%.

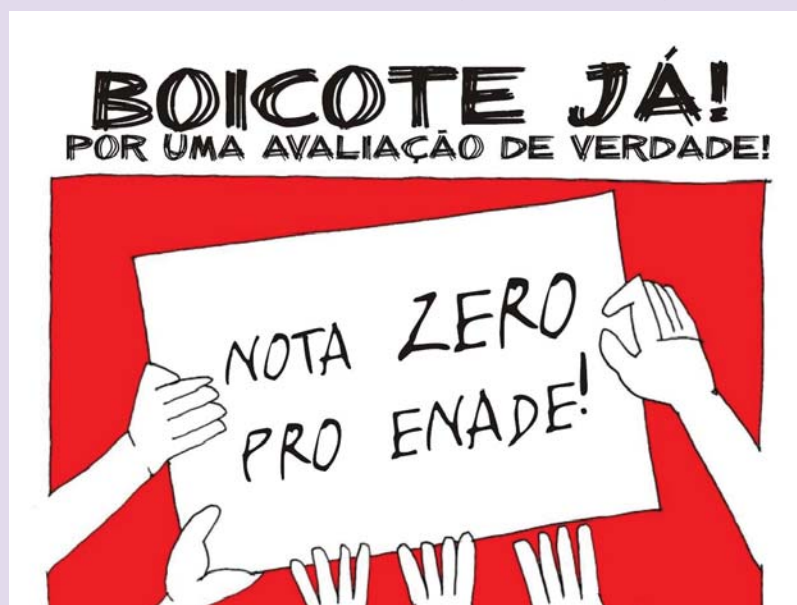
Apesar da cobertura da grande mídia estar diretamente focada nos erros e falhas apresentados pelo Enem, talvez o grande público do exame não compartilhe da mesma visão pessimista que anda sendo veiculada. Ingrid Marinho, 19, participou das últimas duas edições do exame e afirma: “O Enem dá o direito a todos de poder desfrutar, estudar e escolher uma carreira visando um futuro melhor”.

Questionada sobre as mudanças e erros apresentados pelo Enem nos últimos anos, Ingrid diz que a seu ver, alterações devem acontecer ao decorrer do tempo e não vê a situação como uma má ideia, quando há suporte para que a dificuldade do aluno seja dissolvida. “No caso do Enem aumentar o grau de dificuldade está ligado diretamente a avaliar os alunos, o Enem inclui um grande número de alunos em universidades e realiza tais mudanças para filtrar e dar oportunidade justamente para aqueles que demonstram maior dedicação e interesse”.

“DE UM LADO A GENTE PERCEBE QUE PODERÁ VIR A SER BOICOTADO, COMO MUITOS ACREDITAM, MAS NESSE MOMENTO, CONFORME O PROCESSO FOI TRANSCORRENDO, NÓS PERCEBEMOS UM EMPENHO MAIOR DE UNIVERSITÁRIOS QUE JÁ ENTENDERAM QUE SEM O ENADE CONCRETIZADO ABAIXAM AS NOTAS QUE OS CURSOS TEM E ISSO VAI DESFAVORECÊ-LO NUMA INTEGRAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, A NÍVEL DA COMPETÊNCIA”

(MARIA STELA)

Reprodução



“O ENEM DÁ O DIREITO A TODOS DE PODER DESFRUTAR, ESTUDAR E ESCOLHER UMA CARREIRA VISANDO UM FUTURO MELHOR”

(INGRID MARINHO, 19, PARTICIPOU DAS ÚLTIMAS DUAS EDIÇÕES DO EXAME)



Reprodução

Em entrevista para o jornal **Contraponto**, Daniel Cara, mestre em Ciência Política e coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, fala um pouco sobre as mudanças, problemas e perspectivas do “novo” Enem.

Nem só de problemas é feito o novo Enem, Daniel Cara, deixa claro que em seu ponto de vista, o exame precisa amadurecer, mas que representa e continuará representando uma porta de entrada para o ensino superior. Para Daniel o exame vem se tornando uma prova de raciocínio, a tendência é que ela vá se aperfeiçoando durante os próximos anos, o que propiciaria um grande avanço na grade curricular do ensino médio. Confira a entrevista:

Contraponto – Quais as perspectivas em relação a qualidade de avaliação do exame após as mudanças apresentadas nos últimos anos? Você acredita que elas estejam sendo alcançadas?

Daniel Cara – Hoje o Enem tende a ser uma prova mais dedicada ao raciocínio do que ao conteudismo, que é nossa tradição avaliativa. Reforço a idéia de que tende, porque ainda não foi verificado esse avanço no exame aplicado em 2009 e 2010. Contudo, o exame de 2010 já foi melhor do que o de 2009. Isso traz esperanças. Se essa tendência se comprovar, em um período de três a cinco anos o currículo do Ensino Médio sofrerá mudanças positivas. O novo Enem pode colaborar com a construção de um novo Ensino Médio, mas não será o redentor da educação secundária brasileira. Questões estruturais como formação e carreira dos profissionais da educação, redução do número de estudantes por sala de aula e a oferta nas escolas de insumos pedagógicos que atraíam os jovens (laboratórios de ciência, laboratórios de informática com internet banda larga, quadra poliesportiva coberta, etc) são ainda mais importantes. Há um problema de custo no Ensino Médio. Apenas para as matrículas atuais, estimamos que a etapa carece de R\$ 10 bilhões. Fica atrás apenas da creche, que precisa de R\$ 18 bilhões. E em ambas as etapas há muitos brasileiros e brasileiras que não estão matriculados.

CP – Você acredita que o Enem seja um exame apto a desenvolver o papel de vestibular unificado?

DC – Tende a ser, mas precisa criar meios para superar os problemas apresentados de logística e segurança pública.

CP – É possível que em alguns anos o Enem realmente substitua os principais vestibulares do país?

DC – Isso já está acontecendo. Se o novo Enem melhorar e se provar confiável, fundamentalmente em termos de segurança e logística - o que ainda não é! - deverá se tornar uma espécie de vestibular unificado. E entre as muitas vantagens dessa medida uma é importantíssima e bastante objetiva: haverá uma grande economia de recursos públicos, pois os vestibulares são extremamente onerosos.

CP – A seu ver, quais os prós e os contras desta possível unificação das provas classificatórias para o ingresso em universidades?

DC – O principal contra foi o tamanho adquirido pelo Enem. Ele se tornou monstruoso. Por isso, qualquer problema que apresente ganha uma dimensão assustadora. Os prós são a otimização de recursos públicos, uma indução curricular positiva no Ensino Médio e o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) que facilita a vida dos jovens que buscam se matricular no Ensino Superior.

CP – Nas últimas edições o Enem deixou de ser



Passeata de estudantes pede mais respeito e seriedade no Enem



Daniel Caras, Campanha Nacional pelo Direito à Educação



apenas um instrumento avaliação e incentivo a continuidade dos estudos para estudantes da classe baixa e tornou-se uma opção para quem deseja ingressar em Universidades públicas, passando a ser uma opção a estudantes da classe média e classe média alta. Você acredita que, a reformulação do exame, assim como o aumento do seu nível de dificuldade, foi realizada pensando neste novo público?

DC – Eu creio que não. O novo Enem, complementado pelo Sisu, ajuda a democratizar o acesso à universidade. Contudo, o problema é que ele vem sendo tratado como o “transformador” do Ensino Médio e o “democratizador” do acesso. Precisamos aprender: a educação no Brasil não mudará pela implementação apenas de boas idéias. O novo Enem é isso, uma boa idéia. Ele tem um aspecto indutor? Tem. Mas é limitado. O Brasil precisa fazer a lição de casa: valorizar a carreira docente, melhorar os insumos educacionais, aprimorar a gestão democratizando-a e, enfim, necessita avaliar de modo responsável a educação. Hoje a avaliação torna o Estado um juiz de um jogo em que alunos e professores não possuem os instrumentos e estímulos necessários para jogar bem. E o mais grave é que educação não é um jogo.

CP – A tendência é que o grau de dificuldade do Enem seja gradativamente aumentado a cada ano ou que ele se estabilize?

DC – O novo Enem precisa criar corpo, se tornar confiável, amadurecer. A princípio a prova deve se aprimorar um pouco mais, depois ela se estabiliza. Para diminuir o volume de inscritos o MEC anunciou o desejo de realizar mais de um exame por ano e garantir que a nota tenha validade em um período de três anos para ingresso à universi-

dade via Sisu. Desse modo, a tendência é de estabilidade futura, especialmente pelo uso do TRI (Teoria de Resposta ao Item). Eu concordo com ambas as medidas, especialmente porquê elas diminuem a pressão sobre o exame e tornam a participação dos estudantes menos traumática.

CP – Como você enxerga a cobertura da mídia em relação ao Enem?

DC – Os problemas de 2009 e 2010 foram graves, sem dúvida. Contudo, os de 2010, foram menos grave do que a imprensa noticiou e mais graves do que o Ministério da Educação quis fazer parecer. O importante agora é criar meios de fortalecer o novo Enem, que foi implementado de forma muito afobada e pouco cuidadosa. Minha impressão é que o MEC ainda não conseguiu domar o Enem. É uma boa idéia, mas ainda mal executada.

CP – Você acredita que a mídia esteja mais atenta ao Enem por conta deste novo público (jovens de classe média), ou o fato deste novo público ser mais crítico é que ocasiona uma maior percepção das falhas e erros que o exame apresenta?

DC – Os problemas do Enem em 2009 e 2010 foram graves por si só. Mas como o exame mexe com o sonho, com o projeto de vida dos jovens, qualquer erro também atinge a dimensão emotiva. A imprensa, com exageros, fez seu papel. O MEC, com extrema falta de habilidade, tentou minimizá-los. Sobre a dimensão social, eu creio que o risco de prejuízo aos jovens de classe média e da elite pode ter aumentado a vigilância sobre o exame, mas como disse antes, o fato são os problemas de 2009 e 2010. Eles devem ser superados e não podem se repetir. O Enem precisa amadurecer.